



ARTIGOS - ARTICLES

O problema da objetivação do capitalismo no Brasil: uma revisão teórica

Flávio Magalhães Piotto Santos¹

Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo
flavio.magalhaes.santos@usp.br

Como citar este artigo: SANTOS, F. M. P. “O problema da objetivação do capitalismo no Brasil: uma revisão teórica”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, n.º9, pp. 212-229. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa-

Resumo: O artigo procura discutir a questão das formas de objetivação do sistema capitalista, em especial no que se refere ao caso brasileiro. Discutimos quais são os problemas teórico-metodológicos que concernem este tipo de pesquisa histórica. Em seguida, passamos à análise de dois importantes historiadores brasileiros que trataram deste problema, Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender. A partir da crítica destes autores, chegamos à concepção desta questão e à solução apresentada por Caio Prado Júnior, a qual acreditamos ser a mais fértil para orientar as futuras pesquisas sobre esta temática.

Palavras-chave: sistema capitalista; análise histórica; dialética; História do Brasil; modo de produção.

The problem of the objectification of capitalism in Brazil: a theoretical review

Abstract: This article seeks to discuss the question of the forms of objectification of the capitalist system, particularly concerning the Brazilian case. We discuss here what the theoretical and methodological problems about this specific historical research are. Subsequently, we move on to analyze two important Brazilian historians who dealt with this matter, Ciro Flamarion Cardoso and Jacob Gorender. Based on a critique of these authors, we reach

¹ Bacharel e Licenciado em História pela Universidade de São Paulo (2019). Atualmente, realiza Mestrado em História Social pela mesma instituição a respeito da questão da cientificidade e objetividade do conhecimento na obra de Karl Marx.

the conception of this issue and its solution as presented by the Brazilian historian Caio Prado Júnior, which we believe to be the most fecund to guide future researches on this topic.

Keywords: capitalist system; historical analysis; dialectics; Brazil's History; mode of production.

Perspectivas teórico-metodológicas

A questão das formas de objetivação do capitalismo tem ocupado lugar central dentro das discussões teóricas marxistas. O problema que se revela como fundamental é o seguinte: como a mesma forma de produção e reprodução social, a saber, o sistema capitalista, pode produzir formas societárias que se distinguem no seu funcionamento? Exemplo de formas societárias diferentes, mas que obedecem à dinâmica instaurada pelo capital, são as sociedades brasileira e estadunidense. A sociedade americana percorreu um caminho exatamente oposto ao da brasileira. Enquanto aquela realizou uma revolução, esta permaneceu no âmbito de uma conciliação operada pela burguesia com os interesses externos e pautada pela violenta repressão interna (Mazzeo, 1997, p.76).

Assim, a questão de fundo refere-se à dinâmica histórico-processual que o capitalismo desenvolveu ao longo dos últimos 500 anos, se considerarmos que o Renascimento é o ponto inicial do processo de desenvolvimento das relações capitalistas. Desta forma, é necessário ter em mente que este amplo período abrange momentos históricos de larga diferença. Do processo de colonização da América, tanto pelos portugueses, quanto pelos espanhóis, passando pelo povoamento das 13 colônias, as transformações causadas pelas Revoluções Gloriosa e Francesa, o Neocolonialismo na África, a destituição de relações do tipo feudal no Japão, todos estes momentos apresentam uma problemática inerente ao estudo histórico: a relação entre a universalidade e a particularidade. Para conseguirmos abordar esta intrincada conexão, é necessário restaurar o debate teórico acerca da compreensão e da investigação dos processos histórico reais.

Compreender o devir histórico da relação social do capital pressupõe uma forma de análise deste processo. Contudo, na tradição inaugurada por

Marx, a realidade não pode ser apreendida segundo formulações e constructos subjetivos aplicados ao objeto de pesquisa, mas dela deve ser extraída sua própria dinâmica objetiva. Portanto, é na realidade mesma que se deve procurar sua forma de investigação, sem que qualquer consubstanciação subjetiva da razão formule previamente os parâmetros científicos. Como aponta Lukács:

Teoria do conhecimento e lógica, em determinadas condições – e se tratadas criticamente – podem ser bons instrumentos. Tomadas em si e por si e coaguladas em método principal, como no kantismo, no positivismo e no neopositivismo, as questões da teoria do conhecimento tornam-se um obstáculo ao conhecimento real. (Abendroth *et alli*, 2014, p. 34-35).

Na concepção marxiana, o sujeito que investiga tem o esforço de apreender o real em sua lógica imanente e, posteriormente, de o reproduzir, no nível ideal, como um concreto pensado. Entretanto, deve-se notar que, em hipótese alguma o sujeito realiza um reflexo mecânico da realidade, mas, ao contrário, tem um papel ativo fundamental, e, portanto, terá a tarefa de compreender o movimento real do objeto e reproduzi-lo idealmente. Assim poderíamos caracterizar o que é teoria para Marx (Netto, 2011, p. 25). A investigação deve partir da sociedade para chegar em suas categorias mais simples para, somente então, traçar o caminho de volta onde cada uma das categorias descobertas estará entrelaçada na complexa e imbricada totalidade processual do real, podendo, assim, exprimir suas determinações com o grau máximo de riqueza. Nas palavras do pensador do século XIX: “*O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade*” (Marx, 2011, p. 54). A exposição da pesquisa revelará a natureza e dinâmica próprias do objeto, ou seja, que não foram fruto de elaborações teóricas apriorísticas, mas que, ao contrário, foram extraídas pelo pesquisador. Como afirma Chasin:

Tudo que aparece e se move na reflexão marxiana é a substância e a lógica do próprio objeto reproduzido em sua gênese e necessidade, historicamente engendradas e desenvolvidas. Onde a identificidade da dialeticidade como lógica do real, movimento das categorias enquanto formas de existência, que os concretos de pensamento reproduzem. Razão pela qual a dialética só é passível de descobrimento, jamais de aplicação. (Chasin, 2009, p. 236).

A investigação deverá, então, partir das categorias mais abstratas para chegar às mais concretas. O caminho que se estabelece é da progressiva

concreção, isto é, da objetivação daqueles elementos mais gerais descobertos. Este é o caminho trilhado por Marx n' *O Capital*. O livro I apresenta as categorias universais do modo-de-produção capitalista, como o mais-valor e o capital em geral, por exemplo. Mas é somente no livro III que estas categorias irão adquirir sua plena significação e sua forma de manifestação na superfície da sociedade será revelada, fazendo com que o mais-valor ganhe a determinação de lucro, por exemplo. Como escreve Marx:

Trata-se, antes, de descobrir e expor as formas *concretas* que brotam do processo de movimento do capital considerado como um todo. (...) Assim, as configurações do capital, tal como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se passo a passo da forma que se apresentam na superfície da sociedade (...)" (Marx, 2017).²

Compreender as categorias mais gerais da produção capitalista é pressuposto para a análise de como essas categorias vão se manifestar na “superfície” da sociedade, conservando, mas, simultaneamente, superando seu significado passado, no sentido mais preciso da *Aufhebung* hegeliana.

Assim, tentamos traçar, ainda que de forma muito geral e não aprofundada, aquilo que configura o itinerário de pesquisa para o estudo das formas sociais engendradas pela lógica do capital. O estudo do capital em geral é pressuposto para a compreensão dos múltiplos capitais que existirão na concretude da sociedade. Entretanto, cabe destacar que a metodologia marxiana para o estudo do capitalismo e de suas mais diferentes formas de objetivação, ou seja, as diferentes formações sociais que se estruturam a partir do sistema capitalista, não constitui um modelo ou esquema a ser aplicado ao objeto de estudo. A metodologia marxiana aponta somente aqueles elementos universais, indica um caminho, sem, contudo, trilhar o caminho para o pesquisador. Não estamos diante de um método que prescreve de forma detalhada o percurso da investigação. É somente no próprio decurso desta que a metodologia para a análise específica daquele objeto específico poderá ser compreendida. Da mesma forma, o processo de colonização da América, em especial do Brasil, tem como pressuposto uma nova forma de organização, isto é, as relações capitalistas nascentes na Europa. Nesse sentido, como

² Grifo nosso.

apontamos acima, é necessário agora tecer considerações sobre a relação essencial entre a universalidade, particularidade e singularidade.

Da mesma forma que o capital em geral é o pressuposto para o entendimento dos diferentes capitais individuais, as relações capitalistas nascentes na Europa quinhentista são a premissa histórica da expansão ultramarina. Dito de outra maneira, a segunda é uma decorrência histórica da primeira. Contudo, é importante ter em vista que a consolidação destas mesmas relações capitalistas na América não se deu através de um processo histórico mecânico e automático, mas senão através de longos e nem sempre retilíneos caminhos concretos. O caminho de objetivação das incipientes relações capitalistas europeias não foi homogêneo nos mais variados locais e períodos históricos, não por causa de algum acidente de percurso ou por causa de uma eventualidade que assim determinou, mas porque o próprio processo histórico encontra especificidades que alteram o itinerário de materialização da nova sociedade.

É precisamente neste âmbito que a relação entre universalidade, particularidade e singularidade se apresenta tão essencial. Para se chegar à singularidade da conformação social engendrada pela universalidade do modo-de-produção capitalista, é necessário que ocorra o caminho da concreção específica. Nesse sentido, a particularidade entra como categoria mediadora do processo social, possibilitando justamente que os contornos específicos daquela nova sociedade que está sendo estruturada sejam apreendidos. Portanto, a sociedade brasileira não pode ser o reflexo direto das características universais presentes na sociedade portuguesa, a qual já continha elementos, ainda que não de forma absoluta, das relações capitalistas. A particularidade é, então, aquele instrumento que permite operar a concreção (Chasin, 1988), tanto no nível real, quanto no nível ideal. “A dialeticidade entre o singular e o universal é sempre mediatizada pelo particular. E o particular é um elemento intermediário real, quer na realidade objetiva, quer no pensamento que a reflete de um modo aproximadamente adequado.” (Mazzeo, 1997, p. 78). Consequentemente, o particular está conectado ora com o universal, ora com o singular, operando, assim, como mediação entre ambos polos. É por isto que a particularidade exerce um papel tão vital a nível ontológico e,

consequentemente, no nível da apreensão do real e expressa a objetivação e a conformação histórica de uma nova formação social: “(...) a particularidade, enquanto concreção da universalidade, não é mais do que a própria formação social.” (Mazzeo, 1997, p. 78).

Logo, o capitalismo encontra caminhos diferentes para se objetivar, isto é, para concretizar suas categorias mais universais. O desenvolvimento desigual é marca distintiva do processo de desenvolvimento das relações capitalistas, ainda que suas categorias essenciais estejam sempre colocadas. As diferentes formações sociais que emergem deste processo são marca indelével da própria natureza do capital, isto é, do ir-sendo de sua própria estrutura. Não é possível encontrar uma formação social pronta nos mesmos moldes universais capitalistas desenvolvidas na Europa, justamente porque parte fundamental do capital é precisamente ir construindo seu próprio caminho, que irá se concretizar em formações sociais distintas.

O Debate

Delineadas as principais balizas teórico-metodológicas que auxiliam no estudo da objetivação do capitalismo no continente americano, em especial o Brasil, cabe agora analisar as posições de dois importantes teóricos marxistas brasileiros que seguem, de certa forma, uma tendência contrária, a saber, a tese do modo-de-produção escravista colonial. Estes importantes historiadores são Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender. O primeiro foi escolhido por sua importante contribuição para os estudos históricos a partir de uma perspectiva marxista e o segundo escreveu “*O escravismo colonial*”, vasta obra que procura defender a teoria de um modo de produção específico para as colônias. Aqui utilizaremos dois capítulos de livros de cada um, que, apesar de não conterem toda a riqueza e abrangência dos trabalhos mais conhecidos, condensam as principais ideias que dão base para suas teorias.

Começemos com Cardoso. Para ele, “o fato de querer considerar as sociedades coloniais americanas como modos de produção *específico*, cria a possibilidade de muitas críticas” (Cardoso, 1975, p. 61)³, citando o próprio

³ Grifo original.

Marx para contrapor a ideia de um modo de produção escravista colonial. Assim, o autor tem a plena consciência de que a teoria de um modo de produção específico colonial é passível de críticas, inclusive seguindo a concepção do próprio Marx. Não obstante, Flamarion Cardoso seguirá nesta linha. Para o pensador marxista brasileiro, Marx utilizou o conceito de modo de produção em três sentidos bastante distintos:

- 1) Sentido descritivo e etimológico, sem uma dimensão propriamente teórica;
- 2) Identificação de uma série de modos de produção que chegaram a ser dominantes em determinados períodos e regiões e que definem “épocas progressivas” da evolução histórica;
- 3) Modos de produção secundários na medida em que jamais chegaram a ser dominantes. (Cardoso, 1975, p. 64).

Aqui parece-nos que Cardoso já inicia a discussão utilizando o conceito de modo de produção como um imperativo categórico e não especifica exatamente em quais escritos de Marx estariam presentes esses três sentidos. A única menção é ao *Prefácio da Contribuição à crítica da Economia Política* de 1859 e o restante é referido a partir de terceiros. Isto parece ser um problema teórico importante, uma vez que Cardoso tenta ser o mais preciso possível diante do conceito original de Marx. Posteriormente, ele define o modo de produção como “a articulação entre um *nível* e um *tipo de organização* definidos das forças produtivas e as *relações de produção* que lhes correspondem.” (Cardoso, 1975, p. 70).⁴

A identificação das sociedades coloniais da América como formações sociais particulares foi levada em consideração por Flamarion e incluiu momento fundamental de sua configuração teórica. Como ele escreve: “As sociedades estudadas (sociedades da América – F. M.) resultaram, entretanto, de um *processo genético-evolutivo sui generis*, (...) e entravam mal nos moldes aos quais se pretendia encerrá-las.” (Cardoso, 1975, p. 67).⁵ Neste ponto, Flamarion argumenta corretamente contra aqueles teóricos que pretendiam

⁴ Grifos originais.

⁵ Grifos nossos.

encerrar o desenvolvimento colonial no mesmo esquema do desenvolvimento histórico europeu, isto é, da ideia de que teria havido feudalismo nas Américas. A crítica é precisa, pois compreende a especificidade das colônias americanas e refuta os esquemas apriorísticos. Contudo, apesar de reconhecer a processualidade do desenvolvimento colonial americano, o historiador brasileiro permanecerá na concepção de um *modo de produção dependente*, isto é, que estava em conexão com o capitalismo europeu, mas que, contudo, apresentava especificidades que se distinguem fundamentalmente do modo de produção capitalista propriamente dito. Sendo que o modo de produção colonial é um modo de produção dependente:

Por “modos de produção coloniais” designo, pois, aqueles modos de produção que surgiram na América em função da colonização europeia, mas que em certos casos puderam sobreviver à independência política das colônias americanas e continuar existindo durante o século XIX até a *implantação* – que se deu em épocas diferentes, segundo os diversos países- do modo de produção capitalista. (Cardoso, 1975, p. 69-70).⁶

Neste trecho temos condensada toda a argumentação e concepção teórica de Flamarion Cardoso acerca do problema da particularidade colonial e objetivação do modo de produção capitalista. O pesquisador marxista reconhece que a colonização da América foi uma decorrência histórica do desenvolvimento de novas formas de societárias na Europa, mais precisamente do capitalismo nascente. Aponta também a importante diferença entre dependência política e dependência econômica. Entretanto, em contradição com a citação anterior, o modo de produção capitalista não é entendido como um desenvolvimento processual, genético-evolutivo, mas sim como uma totalidade que se apresenta já pronta, sem o devido fazer e refazer de si mesma. Por isto mesmo, e não por acaso, Cardoso utiliza a terminologia *implantação*. Algo que vai ser implantado deve, não somente, estar pronto, acabado, mas também deve ser introduzido de forma a desenvolver todo o seu potencial no momento exato da implantação. O capitalismo é, assim, algo que deve ser implantado no século XIX, pois é lá que ele está finalizado e terminado. Cardoso opera, desta forma, com moldes conceituais, e não compreende a processualidade histórica do capitalismo. O século XIX deve ser o período de implantação e consolidação do modo de produção capitalista, porque na

⁶ Grifos nossos.

Europa assim ocorreu, contradizendo a própria argumentação, pois se as sociedades coloniais se desenvolveram de modo diverso das sociedades europeias, o caminho para o capitalismo nas Américas também deveria ser radicalmente diferente.

Concluindo suas considerações, Flamarion Cardoso afirma:

“A teoria dos modos de produção coloniais da América não pode perder de vista um fato central: o caráter subordinado das contradições internas das sociedades coloniais e o caráter geralmente determinante dos impulsos externos no que concerne às importantes mudanças de estrutura ocorridas nessas sociedades.” (Cardoso, 1975, p. 80-81).

O modo de produção dependente possui uma especificidade, mas que, contudo, é subordinada aos impulsos externos, mais precisamente da Europa. Assim, toda a argumentação ganha contornos contraditórios, pois se a sociedade colonial tem uma estrutura engendrada pelas pressões externas, de onde precisamente iria surgir a particularidade colonial? Se o modo de produção colonial perdurará até o século XIX, que forma societal existiu na Europa até este século? Seria o feudalismo? São muitas questões não respondidas, ou respondidas de forma parcial e que deixam o problema ainda por solução. Olhemos agora a questão do ponto de vista de Jacob Gorender.

O trabalho desenvolvido por Gorender talvez o possibilite adentrar a questão de forma mais aprofundada do que Cardoso, pois houve um largo tratamento teórico-metodológico, além de pesquisas documentais extensas. Refazendo o trajeto em que fizemos para expor as ideias de Cardoso, iniciaremos também com a definição do que é modo de produção para Gorender. Como ele afirma: “(...) modo de produção é um conceito concernente exclusivamente à produção de bens materiais, situando-se, de maneira primordial, no âmbito da ciência da economia política.” (Gorender, 1980, p. 48). O primado do material, mais especificamente o econômico sobre o ideológico ou superestrutural configura a concepção de Gorender sobre o conceito de modo de produção. E do modo de produção em geral, o historiador marxista passa à noção de formação social. Para ele: “O fato é que podemos e devemos ter a teoria geral da formação social capitalista precisamente para focalizar com o devido acerto as formações sociais

capitalistas singulares.” (Gorender, 1980, p. 51). A formação social é entendida tanto como um momento de particularidade do capitalismo, quanto de teoria geral para a compreensão deste mesmo tipo de sociedade. É o particular e o universal simultaneamente.

Para conjugar o caminho entre o modo de produção e a formação social, Gorender elabora uma forma de análise heterodoxa, que procura aglutinar momentos diferentes da realidade social:

“A teoria geral da formação social (capitalista ou outra) poderia partir da concepção abstratamente homogênea de um único modo de produção articulado com sua superestrutura correspondente e daí passar à concepção mais complexa (...) de uma combinação de modos de produção articulada com uma superestrutura correspondente. Neste último caso, um dos modos de produção exercerá o papel *dominante* na formação social.” (Gorender, 1980, p. 51).⁷

Existe, portanto, uma combinação de modos de produção e uma superestrutura correspondente. Contudo, um modo de produção exercerá o papel dominante na estruturação da formação social. Poderia se perguntar então qual seria a função dos modos de produção subordinados, uma vez que será sempre o dominante que não somente delineará a estrutura de produção e reprodução social, mas a própria particularidade da formação social. Existe, assim, um amálgama de modos de produção, que, regidos por um modo de produção determinante, resultará em uma formação social específica.

A título de exemplificação deste complexa e imbricada concepção, Gorender apresenta o modo de produção escravista colonial. A pergunta é feita nestes termos: “Se um modo de produção deve ser conceitualmente uma totalidade orgânica, será possível conceber como tal uma realidade cuja existência só é explicada pela sua dependência com relação a um outra realidade, que lhe é extrínseca?” (Gorender, 1980, p. 56). E a resposta segue sendo apresentado precisamente o exemplo colonial

“Já no concernente ao escravismo colonial, o mercado externo *não-escravista* (isto é, capitalista -F. M.) constitui um pressuposto necessário do processo de produção. A circulação mercantil monopolista no mercado internacional preexistiu ao escravismo colonial e continuou autônoma com relação a ele, porém foi por ele incorporada como pressuposto e, com este estatuto,

⁷ Grifos original.

constituiu um elemento de sua estrutura. Enquanto o modo de produção capitalista cria seu próprio tipo de circulação, que o integra internamente, o escravismo colonial se vincula a um tipo de circulação externa, que ele próprio não cria, mas se limita a adequar ao seu processo de produção. Com isto, o modo de produção escravista colonial não deixa de ser uma totalidade orgânica, conceitualmente definida como tal, sobretudo pela vigência de leis rigorosamente específicas.” (Gorender, 1980, p. 56-57).⁸

A identificação do mercado externo como pressuposto do escravismo colonial é absolutamente correta. Contudo, o embaralhamento da questão começa justamente aqui. O escravismo incorpora pressupostos históricos que não são seus e age segundo àquela dinâmica externa, mas continua como modo de produção independente. Qual é o modo de produção dominante, o escravista colonial ou o capitalista? A totalidade orgânica é feita e regida por leis rigorosamente específicas de qual modo de produção? Daquele que produz os pressupostos históricos ou daquele que os incorpora?

Em seguida, Gorender parte para a crítica da chamada Teoria da Dependência e da diferenciação de sua concepção desta outra corrente. Assim escreve sobre aquela: “(...) o integracionismo (praticado pela Teoria da Dependência – F. M.) que acomoda sob a categoria de capitalismo as mais diversas realidades sócio históricas.” (Gorender, 1980, p. 59). Aqui o historiador marxista adverte para um importante problema na análise do capitalismo, isto é, de compreender de que forma este modo de produção integra ao seu processo de reprodução as formas sociais de produção anteriores a ele. Enunciado o problema e sua relevância para estudo da lógica do capital, Gorender parte então para a crítica desta concepção

“A explicação tem sido a de que, uma vez integrados no circuito da reprodução do capital, os modos de produção pré-capitalistas, que o capitalismo encontra ou mesmo recria, perdem seu caráter específico e passam a fazer parte do processo capitalista propriamente dito. O que ocorre é que, sob tal ponto de vista, a realidade sócio histórica é violentada e aplainada em benefício de um esquema teórico de fácil manejo, pois se esquia de enfrentar as diferenciações e as especificidades.” (Gorender, 1980, p. 59).

E conclui enfatizando que esta concepção impede o estudo dos modos de produção específicos

⁸ Grifos original.

“Não obstante, desde o momento em que os círculos menores são identificados, enquanto modo de produção, pelo círculo maior, pelo círculo dos círculos – temos uma forma de integracionismo em que desaparece a historicidade (pois tudo já é de antemão capitalismo) e se perde a coerência teórica. Uma forma de integracionismo tão obstaculizante como as outras para o estudo das diferenciações do processo histórico, em particular, para o estudo dos modos de produção específicos e de suas relações recíprocas no âmbito de uma mesma formação social.” (Gorender, 1980, p. 60-61).

Estamos em pleno acordo com a argumentação de Gorender no que se refere aos esquemas teóricos. Marx não determinou um caminho de análise da realidade que fosse norteado pela aplicação de modelos, tampouco de noções teóricas concebidas a priori pela razão apartada da sociedade. Entretanto, as concordâncias param neste momento. Não entraremos na crítica à Teoria da Dependência, pois isto implicaria um aprofundamento da questão que não se faz possível no espaço aqui delimitado. Iremos nos ater à ideia da incorporação de formas sociais de produção pela lógica do capital.

A formulação de que, ao considerar que as realidades pré-capitalistas são incorporadas pelo capital e rebaixadas a momento de produção e reprodução deste, estaria se violentando a realidade sócio histórica parece-nos carecer de fundamento. O que ocorre é justamente o contrário. É porque o modo de produção capitalista encontra e subordina o modo de produção anterior a si mesmo, que a particularidade histórica vai se configurar em seu mais alto nível de riqueza. Justamente nesse sentido é que a objetivação e a concreção do capital irá produzir realidades históricas que são divergentes entre si, mas que contêm os traços fundamentais do próprio capitalismo. O capital é a força que domina a sociedade moderna e rebaixa todas outras formas e relações de produção a um simplesmente momento do seu próprio devir. Contudo, ele não funciona a partir do nada. Precisamente por isto é que tem de se adequar a cada especificidade histórica encontrada. O capitalismo nos E.U.A. trilhou um caminho diferente do brasileiro, que se distingue também do japonês e assim por diante. A historicidade, tão enfaticamente defendida por Gorender, não é levada até suas últimas consequências nas próprias concepções do historiador brasileiro. Para Gorender, o capitalismo nasce pronto, pois como modo de produção dominante, ele oblitera as particularidades históricas. O que ocorre, entretanto, é que o capitalismo tem

uma processualidade. O capital tem a característica de ir-sendo e ir-se-tornando ao longo deste movimento. Portanto, é na própria constituição de seu processo e no movimento de seu devir histórico que o modo de produção capitalista vai se instaurando e efetivando suas determinações mais fundamentais. E é nesse auto movimento do capital que se deve procurar e analisar as particularidades históricas, pois elas irão se mostrar precisamente neste decorrer. Portanto, ao contrário do que afirma Gorender, observar os caminhos de objetivação e particularização do capital não dissolve nem apaga as especificidades históricas, mas, ao contrário, as leva em plena significação e procura reconstituir o caminho histórico levando em conta suas múltiplas determinações e seu caminho ontogenético de plena entificação.

Cardoso e Gorender não levam em consideração, em suas análises, o movimento do capital e o devir do processo histórico, o ir-sendo e ir-se-constituindo do capitalismo. Por isto refutam a ideia de que o capitalismo possa ter vindo a se constituir desde o processo de colonização brasileiro.

Caio Prado Júnior e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil

Diante do tema em questão aqui tratado, aquele que elaborou uma análise que contrariou muitas das ideias majoritariamente aceitas à época foi Caio Prado Júnior. Em seu livro “A revolução Brasileira”, de 1966, Prado Júnior tentará argumentar contra uma tendência muito comum entre os teóricos marxistas brasileiros das décadas de 1950 e 60, isto é, a ideia de que existiu um feudalismo no passado colonial brasileiro. Apesar de sua grande envergadura teórica, a concepção de Caio Prado foi derrotada e, de certa forma, legada ao esquecimento. Em seu lugar, surgiram análises muito mais conhecidas, como a de Jacob Gorender acima apresentada.

Entretanto, entendemos que a análise caiopradiana do passado colonial brasileiro apresenta não só uma inovação dentro da perspectiva de compreensão daquilo que é o Brasil, mas também recupera as concepções teórico-metodológicas mais férteis dos clássicos do marxismo, como Marx e Lênin. Portanto, visitar a obra de Caio Prado Júnior pode não só permitir realizar um investigação histórica que leve em consideração toda a rica e

complexa variedade de questões presentes no passado brasileiro, mas como também apontar para as discussões que, ainda no presente, devem ser analisadas para, talvez, levar à superação das contradições da realidade social brasileira contemporânea. Não analisaremos este grande livro de Caio Prado em sua íntegra, até porque não teríamos espaço aqui para tamanha tarefa. Procuraremos trazer à tona as considerações deste historiador marxista brasileiro a respeito da objetivação do capitalismo no Brasil e, a partir disto, da particularidade histórica que configura a nossa formação social.

A princípio, é de fundamental importância sublinhar a crítica de Prado Júnior à concepção etapista da história, nisso se assemelhando a Gorender e Flamarion Cardoso. Como ele escreve:

“Segundo esse esquema, a humanidade em geral e cada país em particular – o Brasil naturalmente aí incluído – haveria necessariamente que passar através de estados ou estágio sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo.” (Prado Júnior, 1966, p. 38-39).

A crítica à ideia das etapas históricas é na verdade a crítica ao estabelecimento de modelos como prova e metro da investigação histórica. Modelos e esquemas que seriam adotados *a priori*, sem que fossem levadas em consideração as especificidades sociais próprias daquela realidade, realizando, assim, uma abstração formal carente de conteúdo real. Em seguida Caio Prado nega explicitamente a possibilidade de existência de um modo de produção feudal no Brasil

“O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver “restos”, haveria por força de preexistir a eles um sistema “feudal” (...). Ora, um tal sistema feudal, semifeudal, ou simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado.” (Prado Júnior, 1966, p. 51).

Não restam dúvidas acerca da posição de Prado Júnior. Mas a pergunta que permanece então é: que tipo de realidade social existiu no Brasil? Qual tipo de conformação social foi erigida no Brasil a partir do período colonial?

Desde os primórdios do processo de colonização, a atividade econômica que aqui se estabeleceu esteve voltada para o mercado externo, com base no grande latifúndio e na mão de obra escrava. Sistema esse que ficou conhecido como *plantation system*. Não houve, portanto, a exploração parcelária da terra, que configura uma economia do tipo camponesa. “A grande propriedade rural brasileira tem origem histórica diferente, e se constitui na base da exploração comercial em larga escala, isto é, não parcelária, e realizada com o braço escravo introduzido conjuntamente com essa exploração, e por ela e para ela.” (Prado Júnior, 1966, p. 61). A própria lógica do trabalhador é diferente, pois o trabalhador escravo e, subsequentemente, o trabalhador livre dirigem suas forças à conquista de condições qualitativamente melhores de trabalho, pois estão ligados indiretamente à terra, isto é, estão em relação antes com o grande proprietário de terra. Enquanto o camponês está ligado diretamente à terra e luta por ser seu proprietário e pela manutenção deste território (Prado Júnior, 1966, p. 65-66).

Refutada a questão da origem feudal e conseqüentemente camponesa da sociedade brasileira, Caio Prado parte para apontar aquela que considera a verdadeira natureza da sociabilidade brasileira e de sua relação com o restante dos países. Como ele escreve

“(…) ocorreu no Brasil, em cujo território descoberto e colonizado pelos europeus, se constituiu uma nacionalidade cujas raízes se situam no próprio complexo cultural que daria origem, mais tarde ao imperialismo; e cuja organização econômica, social e política se plasmava, por conseguinte, em função de circunstâncias e padrões que são os do mesmo sistema que daria, nos dias de hoje, no imperialismo. Em outras palavras, o processo da colonização brasileira de que resultariam o nosso país e suas instituições econômicas, sociais e políticas, têm sua origem nessa mesma civilização e cultura ocidentais que seriam o berço do capitalismo e do imperialismo”. (Prado Júnior, 1966, p. 121).

Aqui, Prado Júnior coloca a sociedade brasileira, desde o início do seu processo de desenvolvimento, como uma sociedade que estava diretamente articulada com o desenvolvimento econômico, social e político europeu. Se o autor escreve e enfatiza o imperialismo de seus dias, na década de 1960, é somente para reforçar que o Brasil colonial, em seus elementos mais estruturais, já apresentava as mesmas características do Brasil contemporâneo, isto é, de uma sociedade que nasceu inserida em uma lógica que, de certa

forma, fazia-a subjugada em relação aos países europeus, ainda que as importantes e cruciais diferenças históricas tenham que ser observadas. Lógica esta de um capitalismo mercantil nascente

“O imperialismo não é senão o sistema internacional do capitalismo em sua fase contemporânea, e tem suas raízes no capitalismo mercantil *dentro do qual e por influxo do qual* o Brasil e todos os seu elementos constitutivos se plasmaram e evoluíram”.
(Prado Júnior, 1966, p. 122).⁹

Aqui reside, para Caio Prado, a verdadeira natureza do passado colonial brasileiro. Uma sociedade que se constitui dentro e por força de um capitalismo mercantil europeu em pleno desenvolvimento. Uma sociedade marcada, desde sua mais tenra origem, por uma dinâmica que irá capturar aquelas tendências mais universais do modo de produção capitalista, mas, que por meio deste mesmo processo, irá produzir uma realidade que se objetiva e particulariza a cada momento diferentemente das demais. A objetivação do capitalismo no Brasil encontra aqui sua explicação mais enfática. A particularidade da sociedade brasileira e de seu capitalismo tem de ser buscada na própria origem colonial, que concretiza, progressivamente, os elementos mais fundamentais do capitalismo e, simultaneamente, produz uma nova formação social, concretiza e particulariza a sociedade brasileira.

Parece-nos que são as concepções de Caio Prado aquelas que vão mais longe na compreensão da processo histórico brasileiro. Pode-se realizar objeções, como a falta de documentos par apoiar sua teoria, por exemplo. Carência esta que deve ser levada em consideração no momento de crítica deste autor. Contudo, há de se recuperar o vigor da explicação e a profundidade do argumento caiopradoano. Isto porque o historiador brasileiro revigora e impulsiona a redescoberta da dialética e de seu real significado, compreendendo a natureza própria da história como um constante *processo*, um constante *devenir*, expressão utilizada pelo próprio Caio Prado e que remontaria à um tipo de formulação lukásciana, mas que é de autoria plena deste historiador marxista brasileiro. Finalizamos agora com uma bela passagem, que faz sempre lembrar que a História não pode ser compreendida em sua

⁹ Grifos nossos.

facticidade estática, mas constitui um constante desenvolvimento, constante mudança e que por isso mesmo comporta em si, passado, presente e futuro

“(…) armados com os instrumentos da dialética, isto é, considerando tais fatos não em suas simples ocorrência e aparência exterior e estática – quando se podem apresentar em coincidências enganadoras com outros fatos na realidade bem distintos – e sim no seu sentido de caráter profundo que são revelados na sua dinâmica. Em outras palavras, não são os fatos em si e como formalmente se apresentam, que mais importa, e sim a sua natureza e qualidade de elos, de momentos de transição do passado que se foi, para futuro para onde apontam e para onde se dirigem. Considerados dialeticamente, os fatos sociais somente têm significação como componentes de um *processo*; e assim, como resultantes de um passado onde se elaboraram suas premissas, e como elementos dinâmicos que se projetam para o futuro.” (Prado Júnior, 1966, p. 122-23).¹⁰

Referências Bibliográficas

ABENDROTH, Wolfgang; JOLZ, Hans Hein & KOFLER, LEO (org). *Conversando com Lukács: Entrevistas a: Leo Kofler, Wolfgang Abendroth Hans Hein Holz*. São Paulo: Instituto Lukács. 2014. Tradução de Giseh Vianna.

CHASIN, José. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Método Dialético*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/chasin/ano/mes/metodo.htm>. Aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Dep. de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, de 25/01 a 06/02 de 1988. Acesso em 19 de Junho de 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Sobre os modos de produção coloniais da América”. In: SANTIAGO, Théo Araújo. (org.). *América Colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

GORENDER, Jacob. “O Conceito de modo de produção e a pesquisa histórica.” In: LAPA, Roberto do Amaral. (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital: Livro III. O Processo Global da Produção Capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Cortez, 1997.

¹⁰ Grifo original.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do Método em Marx*. São Paulo: Edição Popular, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.